

MANEIRAS DE “FAZER A AMÉRICA”: O PERCURSO DE UM IMIGRANTE NA COLÔNIA CONDE D’EU

WAYS OF “MAKING AMERICA”: THE COURSE OF AN IMMIGRANT IN THE CONDE D’EU COLONY

Maíra Ines Vendrame¹

Daniele Turcato Biffi²

RESUMO

O presente artigo busca analisar o percurso de um imigrante italiano que se estabeleceu na Colônia Conde D’Eu (atual Garibaldi), localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século XIX. Diferente da grande maioria dos estrangeiros que chegaram aos núcleos coloniais, Achilles Brogiolli abriu uma casa de comércio, destacando-se como um dos principais comerciantes do lugar. Através de um processo-crime, no qual aparece envolvido, foi possível abordar as comunidades coloniais como espaços marcados por tensões, conflitos e mecanismos de domínio dos comportamentos reprovados moralmente. O reforço dos vínculos sociais e a instituição de lugares onde as afinidades, identidades e controles eram estabelecidos, aparecem como iniciativas que garantiram a constituição de poderes territoriais. A participação do imigrante Brogiolli em diferentes esferas agregativas, que não eram apenas étnicas e locais, garantiu que alcançasse destaque econômico, social e político na região colonial. Logo, o estudo da referida trajetória surge como uma via que possibilita pensar sobre as diferentes escolhas, estratégias, dificuldades e caminhos percorridos pelos estrangeiros que migram para o Brasil para “fazer a América”.

Palavras-Chave: Imigrantes italianos; Trajetória; Política; Processos-crime.

ABSTRACT

This article examines the journey of an Italian immigrant who settled in Colônia Conde D’Eu (now Garibaldi) in the northeastern region of Rio Grande do Sul during the final decades of the 19th century. Unlike most foreigners who settled in the region’s colonial communities, Achilles Brogiolli opened a trading house and became one of the area’s leading merchants. Through his involvement in a criminal case, it became possible to examine colonial communities as spaces marked by tensions, conflicts, and mechanisms for controlling morally condemned behaviors. The strengthening of social bonds and the creation of spaces where identities and controls were shaped played a key role in consolidating territorial power. Brogiolli’s involvement in various social spheres, extending beyond just ethnic and local contexts, secured his economic, social, and political prominence in the region. Therefore, studying his trajectory serves as a way to re-

1 Doutora em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista Produtividade CNPq.

2 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

flect on the choices, strategies, challenges, and paths taken by immigrants who came to Brazil seeking to “make America.”

Keywords: *Italian immigrants; Trajectory; Politics; Criminal cases.*

INTRODUÇÃO

Neste momento em que iremos festejar os cento e cinquenta anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul, surge a necessidade de publicação de novos estudos sobre a presença dessa etnia no estado. Iniciada na década de 1870, a chegada de famílias italianas fez surgir diversos núcleos coloniais. A organização do espaço irá ocorrer com a construção de uma igreja no centro da colônia, juntamente com casas de comércio e da administração pública. Enquanto a maioria dos imigrantes que chegou às regiões coloniais passou a se dedicar às atividades agrícolas e artesanais, outros irão abrir casas de comércio, começando com pequenos e rústicos estabelecimentos. Esse foi o caso do italiano Achilles Brogiolli na Colônia Conde D'Eu, atual município de Garibaldi. No presente artigo, iremos analisar aspectos do percurso desse imigrante, tomando como ponto de partida um processo-crime no qual aparece envolvido, aberto no ano de 1889, quando já havia passado quase uma década que se encontrava na região colonial. Além de mostrarmos as possibilidades de uso das fontes criminais para o estudo dos contextos coloniais migratórios, nosso objetivo é propormos questionamentos sobre as escolhas/estratégias de construção de patrimônio material e imaterial dos imigrantes, os espaços de inserção social e as tensões e divisões que marcaram a vida em comunidades fundadas nas regiões de colonização europeia do sul do Brasil.

Há uma grande quantidade de estudos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e as colônias, porém, entendemos que ainda é preciso avançar nas pesquisas. A escolha por uma metodologia de análise que possibilite acompanhar trajetórias – olhar o grupo em sua diversidade, através de um olhar atento para as ideias, projetos partilhados ou não, relações internas e externas, práticas e ações – aparece como algo que trará novas contribuições. Nesse sentido, defendemos que a utilização de estudos micro analíticos, centrados em percursos individuais, surgem como uma via de acesso para explorar novos contextos, trazer novas problematizações, contribuindo, assim, para a construção de uma história mais complexa, plural e equilibrada, que contempla diferentes trajetórias e vozes, no que se refere à imigração italiana para o sul do Brasil e a vida nos contextos migratórios, sejam eles urbanos ou rurais.

Na presente pesquisa, analisaremos o percurso e as relações estabelecidas pelo imigrante Achilles Brogiolli, buscando perceber as escolhas

realizadas para garantir a construção de um poder social, econômico e político na região colonial no início da Primeira República no Brasil. Além disso, interessa compreender os motivos das divisões, tensões e decisões locais de controle dos comportamentos tidos como prejudiciais para a manutenção da boa convivência entre os estrangeiros nos núcleos coloniais. O nome de Achilles Brogiolli foi tomado como o fio condutor da pesquisa em fontes documentais de natureza diversa, aspecto este fundamental para reconstrução da trajetória do referido imigrante e decisões em diferentes âmbitos da vida social e política na região colonial.

Fundada através do Decreto de 24 de maio de 1870, a Colônia Conde D’Eu passou a ser ocupada no decorrer da mesma década por imigrantes de diferentes lugares da Europa, como suíço-franceses, poloneses e austríacos, chegando, posteriormente, os italianos. No ano de 1878, na colônia Conde D’Eu se encontravam estabelecidas em torno de três mil pessoas, sendo em sua grande maioria imigrantes de origem italiana. Devido às dificuldades enfrentadas com alguns diretores, em 1881, assume o cargo de diretor João de Carvalho Borges Junior, alcançando nos anos seguintes desenvolvimento da região colonial (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

Em relação ao italiano Achilles Brogiolli, não foi possível descobrir a data exata da sua chegada a Conde D’Eu, porém, no início da década de 1880, já se encontrava no lugar, tendo conseguido fazer prosperar o seu negócio e atividades de comerciante no momento de desenvolvimento da Colônia. Para a reconstrução do percurso do referido imigrante, utilizamos as seguintes fontes: processo-crime, livros de impostos, jornais e o estatuto da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella d’Italia*.

1 Um imigrante “perturbador do sossego público”

Preliminarmente, Achilles Brogiolli pode parecer um imigrante como qualquer outro: veio da Itália e construiu sua nova vida nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na Colônia Conde D’Eu. A intenção de “fazer a América”, construir patrimônio material, bem como alcançar reconhecimento e prestígio entre os conterrâneos, certamente foi um dos motivos que o trouxe para o Brasil na fase inicial da “Grande Emigração”. O interesse pelo seu percurso chamou nossa atenção quando nos deparamos com um processo-crime de 1889. Em maio daquele ano, Achille Brogiolli (45 anos, casado, “negociante”, natural da Itália) apresenta queixa ao juiz da comarca de São Sebastião do Caí contra “as prevaricações e abusos de que teria sido vítima *por parte das autoridades policiais* – o subdelegado e os dois suplentes ao cargo – da sede da Colônia Conde D’Eu”. Neste local, o imigrante italiano havia estabelecido uma casa de negócios que havia se

tornado uma das mais importantes.

De acordo com acusação presente no processo-crime, no dia 14 de fevereiro de 1889, as “nove horas da noite”, estava Brogiolli “pacificamente em sua casa de negócio e moradia, as portas fechadas, [quando] ouviu uma grande algazarra, destacando-se as vozes de Angelo Faraon, Luis Faraon e Emilio Conci”. Estes, acompanhados de outros indivíduos, fizeram “chover por toda a parte da frente do edifício grossas pedras nas vidraças que caíam em estilhaços, sobre os telhados que se quebravam, tendo-se partido uma parte da cobertura de madeira com a enormidade de uma pedra”. Na sequência surgiu uma tentativa de arrombamento da casa de negócio, sendo as portas e janelas balançadas por paus e ferros, na tentativa de abrirem o lugar, entrar e agredir o proprietário. O intento de agressão dos acusados não foi alcançado, o que foi atribuído à solidez das portas e fechaduras, segundo alegação do “queixoso”.

Através das declarações existentes no processo-crime, Brogiolli, alvo do ataque de seus conterrâneos, se coloca como morador exemplar em Conde D’Eu. Porém, alega que, apesar dos esforços em viver em paz com os concidadãos do lugar, “ora por inveja ou qualquer outro motivo oculto”, três de seus “inimigos” foram até sua casa comercial para lhe dirigir “grosserias, injúrias, provocações e danificando o prédio a pedradas”. As autoridades locais, “aproveitando-se da ignorância de pobres colonos que nada entendem do português”, elaboraram contra ele um abaixo-assinado, onde consta, o que considera, um “amontoado de falsidades e calúnias revoltantes”. Seus “inimigos” ainda “forjaram” um “termo de bem viver”, com apoio do escrivão e subdelegado, no qual demandavam que ele se apresentasse perante as autoridades para assinar o documento.

As referidas informações fazem parte da queixa de denúncia apresentada por Brogiolli contra três outros imigrantes – que também eram comerciantes – que ocupavam cargos públicos na “freguesia” de Conde D’Eu, que no momento pertencia ao município de São Sebastião do Caí. O denunciante reforça o fato de ser ele “um cidadão probo, amigo da ordem e respeitador da lei e das autoridades”, porém, apesar disso, “infelizmente”, mesmo com os “muitos esforços que têm feito para viver sempre em paz com seus conterrâneos, ora seja por inveja ou por qualquer outro motivo oculto, declararam-se seus inimigos (...) os cidadãos Luis Faraon, Archanjo Faraon e Emilio Conci”. Os irmãos Faraon eram naturais da Itália, enquanto Emilio Conci (negociante) era natural da Áustria, tendo todos eles já se naturalizado brasileiros quando da investigação.

Com a denúncia pública, Brogiolli tinha como objetivo “conseguir reparação da injúria e satisfação do dano”. Um abaixo-assinado de pessoas

que viviam em Conde d’Eu também havia sido elaborado contra ele. Brogiolli classifica-o como “(...) um amontoado de falsidades e calúnias revoltantes, como poderá atestar quase toda a população da Colônia”. O que se percebe é uma articulação por parte das autoridades e lideranças locais para buscar controlar as atitudes do comerciante, abrindo também um “Termo de Bem Viver”.

Inicialmente, o abaixo-assinado foi encaminhado ao chefe de polícia em Porto Alegre, firmado pelo padre de origem austríaca Bartholomeu Tiecher, pelo subagente consular local e integrantes da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella D’Italia*, funcionários públicos, professores, negociantes, artesãos e agricultores residentes no antigo núcleo colonial de Conde D’Eu. No referido documento, foram apresentadas acusações contra Brogiolli que, conforme afirmam, chegou no lugar “paupérrimo”. Porém, com o tempo, depois que melhorou de posição, “tornou-se insolente, prepotente, malcriado com todos em geral, ao ponto de se tornar perigoso para a sociedade”. Dentre as denúncias apresentadas, é relatado que o referido comerciante havia se apropriado das chaves da igreja, alegando que quem mandava nela era ele. Por conta desse comportamento, o sacerdote tinha ficado impedido de entrar no templo para rezar missas, sendo ainda perseguido com arma pelo próprio comerciante. Acrescentam também que “nenhum dos padres que aqui tem estado escapou das suas bravatas: injúrias, foguetes, ameaças e todos os despeitos que (...) tiveram eles de sofrer”. E, por diversas vezes, Brogiolli havia se “enraivecido” contra o diretor da Colônia, tendo recebido uma ordem de expulsão do lugar do Presidente da Província.

Assim, como uma nova tentativa de controlar o comportamento do comerciante, foi encaminhado a ele uma intimação para que comparecesse perante o subdelegado para assinar o Termo de Bem Viver. Caso não o fizesse, ficaria sujeito à “pena de desobediência a trinta dias de cadeia e trinta mil réis de multa”. A carta abaixo-assinado enviada pelo Chefe de polícia teria funcionado como um recurso para garantir a instauração de um “processo de bem viver” contra Achille Brogiolli, que se defendeu afirmando ser ele alvo de crime de “abuso” e “prevaricação” contra o subdelegado e dois suplentes ao cargo. Esses eram comerciantes de origem austríaca, responsáveis por auxiliar na manutenção da ordem pública em Conde D’Eu.

Em conformidade com o Código Criminal do Império, de 1832, era competência do Juiz de Paz e autoridades locais “obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade publica, e a paz das famílias”. Como mecanismo de controle social, o termo de bem viver de-

veria ser assinado pela pessoa que era acusada de perturbar a tranquilidade pública e ocasionar instabilidades. Além disso, para aquelas que tinham condutas consideradas impróprias, que feriam a moralidade, seus comportamentos, tidos como maus exemplos, deveriam ser contidos, punidos e disciplinados. Para garantir a paz e harmonia, bem como o domínio sobre comportamentos desonrosos, agitações e atitudes prejudiciais a tranquilidade local, a produção de um registro público aparece como um recurso oficial, talvez o primeiro deles, de exposição, punição e vigilância de condutas tidas como desviantes e perturbadoras.

No decorrer do processo-crime, Brogiolli manifesta seu descontentamento em relação à conduta das autoridades quando da aplicação do termo de bem viver, que não considerava correta. Não teria sido informado corretamente sobre o seu prazo, e, segundo ele, tudo:

[...] foi proposital e com o fim de impedir que o advogado do suplicante visse os autos e requeresse o que fosse de direito. Para considerar findo o prazo do recurso (5 dias) o escrivão começou a contá-lo não da intimação, que não houve, nem da carta, que escreveu depois, mas de um aviso que fez ao cidadão Antonio Joaquim Marques de Carvalho Junior (!!!). Impedido assim de usar do recurso que a lei lhe facultava, qual o meio que tinha o suplicante de salvaguardar o seu direito? Outro não era se não este de que lança mão - representar a V. S. contra as prevaricações e ilegalidades de que tem sido vítima.

A denúncia realizada por Brogiolli contra as autoridades estava ligada ao fato de não terem seguido os trâmites do processo legal, impedindo, assim, que o acusado pudesse se defender e evitar danos à sua imagem. O comerciante havia sido intimado para assinar o termo de bem viver no dia 1º de maio, por volta das quatorze horas e meia da tarde, com prazo até às três horas do dia 6 do referido mês. Portanto, o que ocorreu é que não considerou o horário limite para apresentação do recurso.

De acordo com uma das testemunhas, Achilles Brogiolli “é um homem vingativo e de maus costumes”, que “temendo novos processos por outros crimes que possa cometer lançou mão do recurso de dar a V. Excia queixa contra as autoridades de Conde D’Eu (...), parecendo até um manejo político”. Reforça ainda que o “queixoso” era sujeito “perturbador do sossego público”, “um verdadeiro flagelo que pesa sobre a sociedade, turbulento e que por gosto se desmoraliza”. Por não ser uma “pessoa de consideração” não podia, portanto, ser acreditado na queixa que apresentava, que era “ela

criminosa e dada por má fé, ódio e vingança”.

O abaixo-assinado com as acusações contra Brogiolli contava com as assinaturas do Agente Consular Italiano e do pároco local – Bartholomeu Tiecher, imigrante de origem austríaca como dito anteriormente. Esse reforçava a explicação de que o referido comerciante não era um sujeito “bem-quisto pela população de Conde D’Eu”, tendo “muitos inimigos em virtude de seu procedimento irregular”. Por conta disso já havia estado preso, bem como afastado do lugar em que residia por ordem do Presidente da Província.

É importante mencionar que o abaixo-assinado foi elaborado no mesmo dia em que um grupo de oitos indivíduos, após ter estado na casa de negócio de Brogiolli, passou a circular pelas ruas da sede da colônia, lançando insultos e provocações contra as autoridades locais. Trocas de acusações, consequência de rivalidades e divisões entre lideranças locais se faziam presentes na localidade de Conde D’Eu nos primeiros meses do ano de 1889. Questões ligadas à política, em relação à administração pública, aos comportamentos tidos como vergonhosos e imorais e à vida sociorreligiosa na paróquia eram, certamente, alguns dos motivos que ocasionaram os conflitos. A decisão do comerciante em apresentar denúncia contra as autoridades aparece como uma medida de desagravo, uma vez que contra ele havia sido aberto um processo que previa assinatura de um “Termo de Bem Viver” na região colonial.

No abaixo-assinado também foi apontado que as testemunhas apresentadas por Brogiolli no processo eram “pessoas dependentes” dele. O grupo de italianos estava dividido entre seus “capangas” e “peões”, que viviam todos “debaixo da proteção” do próprio patrão, era algo “público e notório”. Todos os dependentes de Brogiolli haviam sido, portanto, orientados a depor a favor do comerciante. Já um total de cento e trinta e cinco pessoas assinaram o documento, dentre elas negociantes, agricultores, alfaiates, professores, o pároco e o agente consular, onde é explicitado que Brogiolli havia se estabelecido em Conde D’Eu no ano de 1887, e logo casou-se com Luiza Zanari. Porém, a esposa teria abandonado o marido por conta das agressões e maus tratos sofridos.

O fato de ser “prepotente”, “insolente” e “malcriado com todos em geral” é algo destacado no abaixo-assinado, bem como a participação na comissão que coordenou a construção da igreja na Colônia, o que possibilitou que alguns materiais usados na obra fossem adquiridos em sua casa comercial. Ao atuar na frente de edificação do templo teria ele adquirido certo poder, possibilitando que tomasse decisões em benefício próprio. Segundo o abaixo-assinado, Brogiolli “desejava que “todos, até o próprio Capelão, o

reconhecesse como superior”. Para isso tomou posse das chaves da Igreja, que já estava em condições de funcionar, declarando “a todos que quem mandava era ele” e que o padre ali não celebraria missas. As perseguições e ameaças do comerciante em relação ao sacerdote teria provocado a saída deste de Conde D’Eu.

Nas regiões de colonização italiana, o surgimento de conflitos entre indivíduos e grupos que faziam parte das comissões para construção e reformas das igrejas não foi algo incomum. Esses eram momentos em que as diferenças internas e oposição entre lideranças locais ficavam mais intensas, especialmente motivadas por questões ligadas às organizações dos espaços sociorreligiosos e poder político local. As divergências de ideias e projetos é algo que acabava ocasionando tensões, envolvendo, muitas vezes, de um lado o sacerdote e seus apoiadores e do outro o grupo de oposição.

Para além da existência de um clima de tensões e divisões entre imigrantes em Conde D’Eu, no qual estavam envolvidas as lideranças do lugar e seus apoiadores, percebe-se também o acionamento de diferentes recursos para expor, constranger e controlar condutas tidas como prejudiciais à manutenção de uma determinada ordem social. Para isso, fizeram uso do mecanismo oficial da justiça do Estado, que tinha como objetivo controlar, reparar ofensas e causar danos variados ao denunciado, assim como restaurar os frágeis equilíbrios relacionais rompidos.

Conflitos entre comerciantes, sacerdotes e sujeitos que ocupavam cargos públicos, como aquele de subdelegado, marcavam a vida nas comunidades imigrantes. A fuga ou a expulsão de padres por conta da oposição de italiano(a)s também é algo bastante frequente nos povoados coloniais nas primeiras décadas da sua formação. Modos de viver e se organizar haviam sido transplantados pelas famílias italianas do além-mar, bem como projetos de comunidade. Como os imigrantes não podem ser entendidos como um grupo homogêneo, que partilhavam das mesmas ideias, divergências se manifestaram quando se fixaram nos núcleos coloniais. Nestes lugares, a construção de igreja permitia a formação da sociedade da capela, funcionando como espaço agregativo, identitário e de reforço dos vínculos interpessoais. Obter um padre residente na nova povoação garantia maior autonomia e viabilizava mais rapidamente o processo de territorialização, que ocorria através de práticas religiosas.

Outro elemento destacado no abaixo-assinado é a péssima relação que Achilles Brogiolli mantinha com o Diretor da Colônia, o que teria resultado em uma ordem de expulsão da colônia. No entanto, sob promessas de melhora, o comerciante conseguiu permanecer no lugar. Também foi acu-

sado de subornar praças da polícia, agredir diversas pessoas, causar ofensas à moral pública e tentativas de assassinato. Além disso, destacam ainda que de manhã até a noite, a “boca [de Brogiolli] parece a de um maníaco só a lançar injúrias as mais nojentas contra qualquer pessoa que não lhe seja obsequiosa a seus fins, desde as primeiras autoridades até o último colono”. Esses são apontados como os motivos principais de ter sido aberto um processo com “Termo de Bem Viver” contra o comerciante. O uso desse recurso em contextos urbanos se intensificou na segunda metade do século XIX, devido à crescente preocupação das autoridades em relação às pessoas que ameaçavam a ordem, os bons costumes, a harmonia e a paz das famílias. Ao ser aplicado contra alguém, não significava dizer que a pessoa seria criminalizada, mas poderia vir a ser processada caso não respeitasse as restrições impostas.

É preciso analisar o contexto de produção do abaixo-assinado contra Brogiolli. O documento foi produzido num momento de divisões e conflitos na comunidade, em que aquele é acusado de lançar injúrias “até o último colono”. A presença de tantas revelações no referido documento encontra justificativa no fato de que os imigrantes buscavam controlar e punir o comportamento do comerciante. Este, como resposta, irá apresentar queixa às autoridades judiciais contra o subdelegado e os outros dois suplentes do cargo, que na companhia de várias pessoas haviam soltado foguetes pelas ruas de Conde D’Eu, “pintado na parede da casa do queixoso um burro com cangalha” e proferido palavras injuriosas.

Um rito de vexação pública parece ter ocorrido em frente a casa do comerciante, onde o seu comportamento era associado ao de um “burro” com “cangalha”. É difícil saber exatamente qual o significado do desenho, porém, é certo que o desenho e palavras eram causadoras de vergonha e prejuízos à honra de Brogiolli. Através dessas atividades, que são ações e ritos de exposição pública em relação àqueles que tinham atitudes desaprovadas segundo as lógicas morais locais, foi possível perceber a existência de grupos de oposição em Conde D’Eu, marcados por laços de amizade e afinidades variadas.

Após ouvir as testemunhas inquiridas na investigação judicial, o juiz da comarca julgou a queixa de Brogiolli improcedente, condenando o autor a pagar as despesas do processo. Porém, com esse resultado não podemos afirmar que o objetivo do queixoso não tenha sido atingido, que era aquele de causar danos morais e materiais ao subdelegado e os dois suplentes ao cargo, indivíduos esses que aparecem como os responsáveis por ter atacado a casa do comerciante e lançado contra ele palavras injuriosas. Mas é certo que as tensões não iniciaram nesse momento, havia um descontentamento

na comunidade, especialmente entre algumas lideranças locais em relação ao comportamento de Brogiolli, que era considerado “grosseiro”, de “maus costumes” e “perturbador do sossego público”. O não respeito às normas de boa convivência com alguns dos conterrâneos e regras morais foram aspectos não revelados na documentação, ligados a questões políticas e econômicas, que motivaram os conflitos e divisões em Conde D’Eu.

Evidentemente, ao se trabalhar com processos-crime, é necessário levar em consideração a maneira como tais fontes foram produzidas e por quem, neste caso as autoridades judiciais. No entanto, eles nos permitem vislumbrar uma parcela da população quase sempre silenciada e assim compreender as “(...) relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência” (GRINBERG, 2009, p. 126) que foram travadas. São essas informações, para além dos crimes em si, que possibilitam reflexões sobre diferentes aspectos, como os valores e práticas sociais seguidos pelas pessoas e grupos envolvidos em uma investigação.

Já há algum tempo pesquisadores têm apontado sobre a necessidade de os estudos tratarem das disputas entre os imigrantes nos contextos coloniais. Não apenas buscar indicar que as comunidades fundadas pelos estrangeiros eram lugares permeados de divisões e conflitos, mas entender as racionalidades e projetos conflitantes existentes na sociedade local. Diferenças ideológicas se somavam às étnicas, indicando para a heterogeneidade do grupo imigrante (PICCOLO, 1990). Os motivos das relações conflituosas eram diversos, não podendo, portanto, as comunidades coloniais serem entendidas como lugares onde reinava a harmonia e os estrangeiros como sujeitos pacíficos, avessos a embates de natureza econômica, política, religiosa e social (VENDRAME, 2007; LUCHESE, 2009). O sujeito analisado no presente artigo é uma prova do quanto a vida nas colônias era marcada por tensões e instabilidades.

2 Espaços de assistência, afinidade e controle

Outros processos-crime envolvendo Achilles Brogiolli não foram localizados, apesar de ter sido mencionado que ele já havia sido preso. Porém, demais documentos informam sobre sua atuação em Conde D’Eu, tendo se envolvido em diversas esferas agregativas locais. Como mencionado anteriormente, ele participou das atividades ligadas à construção da Igreja, entrando em conflito com o sacerdote e outros imigrantes. A relação com os primeiros diretores da Colônia também não havia sido pacífica, sendo acusado de ocasionar o afastamento deles do lugar, no entanto sobre esses eventos encontramos apenas menções. Como já destacado, logo que Brogiolli chegou à região colonial, passou a se dedicar à atividade de comer-

ciante, tendo estabelecido uma das primeiras casas comerciais de Conde D’Eu. Essa foi criada na estrada Buarque de Macedo, uma das principais vias do lugar, adquirindo rapidamente grande destaque.

Além de fornecer diversos produtos e ferramentas, as casas de negócios funcionavam como bancos no universo colonial, onde a circulação de moeda era restrita. Por meio do fornecimento de crédito, compra da produção excedente dos imigrantes e fornecimento de materiais diversos, os negociantes como Brogiolli conseguiram rapidamente prosperar economicamente. Algumas casas comerciais prosperaram por serem através delas que ocorria a distribuição de gêneros alimentícios, ferramentas e sementes aos imigrantes recém-chegados, através da utilização de vales e apoio que vinha do governo imperial.

Quanto às atividades dos comerciantes nas Colônias, elas não se restringiam apenas às casas de negócios, uma vez que tais imigrantes geralmente se tornavam lideranças locais. Para garantir o sucesso de suas escolhas no âmbito econômico, bem como prestígio e reconhecimento, irão atuar na organização de espaços agregativos, de reforço das relações interpessoais entre os imigrantes. O reforço dos vínculos sociais assumia um papel importante no universo colonial, pois através deles passavam os apoios, as trocas de favores, auxílios e reciprocidades, recursos esses fundamentais para as pessoas, independente da condição econômica que possuíam.

Alguns imigrantes italianos viam na nova pátria a possibilidade de não apenas possuírem terras e melhorarem de vida, mas, também, de enriquecer e adquirir prestígio. Parece que este foi o caso de Brogiolli, que foi membro ativo de diversas esferas agregativas em Conde D’Eu. Ele aparece registrado como um dos membros sócio da *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D’Italia*, fundada na referida Colônia em 1878. As sociedades de mútuo socorro desempenhavam um papel importante nos núcleos coloniais mais urbanizados, uma vez que era um espaço de reforço dos vínculos entre os sócios, assistência e proteção, além de promover atividades que garantiam e reforçavam a constituição de uma identidade italiana entre os imigrantes. No estatuto da referida sociedade é destacado que o objetivo era o de garantir a união e promover o bem-estar dos italianos residentes em Conde D’Eu, auxiliando os sócios de diferentes formas, como na busca de emprego ou assistência em relação às despesas funerárias.

Figura 1: Relação dos “44 sócios fundadores” da Società Operaia Italiana Di Mutuo Soccorso Stella D’Italia, de março de 1884.

Approvati per acclamazione nella seduta Generale
tenuta il gñ. 10 Marzo 1884.

Elenco dei Soci fondatori.

- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| 1.º Borgaro Domenico | 23.º Notari Ambrogio. |
| 2.º Mariani Ernesto. | 24.º Pezetti Francesco. |
| 3.º Darrigo Luigi. | 25.º Catani Francesco. |
| 4.º Brogioli Achille. ✓ | 26.º Fauri Andrea. |
| 5.º Barsante Luigi. | 27.º Casacurta Sebastiano. |
| 6.º Paganelli Domencio. | 28.º Fiore Gioachino. |
| 7.º Matteo Groff. | 29.º Piccinini Ginello. |
| 8.º Fiore Domencio. | 30.º Nicolini Giuseppe. |
| 9.º Bimbi Domencio. ✓ | 31.º Tesera Antonio. |
| 10.º Mariano Bortolo. | 32.º Peterlungo Emanuele |
| 11.º D. Domenico Greca | (figlio). |
| Parroco. | 33.º Ghilardi Battista. |
| 12.º Varnieri Giuseppe. | 34.º Buccolla Bortolo. |
| 13.º Cerutti Alessandro. | 35.º Malvessi Angelo. |
| 14.º Bonet Stefano. | 36.º Fontanive Antonio. |
| 15.º Bonetti Antonio. | 37.º Bogo Giuseppe. |
| 16.º Sega Antonio. | 38.º Bonet Carlo. |
| 17.º Mosna Bortolo. | 39.º Senter Luigi. |
| 18.º Branchi Achille. | 40.º Gobbi Emilio. |
| 19.º Zuppas Antonio. | 41.º Darrigo Beatrice. |
| 20.º Gobbi Alessandro. | 42.º Groff. Augusta. |
| 21.º Sgaria Giovanni. | 43.º Maestri Maria. |
| 22.º Nicola Angelo. | 44.º Barni Emilio. |

Fonte: Estatuto da Società Stella D'Italia, 1886, p. 18. Arquivo Municipal de Garibaldi.

Garantir integração entre os sócios, assistência e ligação com a pátria distante, através da promoção de atividades festivas, construção de monumentos e festividades públicas nas comunidades coloniais, são alguns dos aspectos que marcaram as sociedades mutuais. Reforçavam a construção de uma identidade italiana entre os imigrantes através dos eventos e elementos simbólicos. Promover um sentimento de italianidade através de ações educativas cívicas surge como um dos aspectos que caracterizava as ações das associações em diferentes espaços, sejam eles mais urbanizados ou não. O próprio nome, aqui no caso a *Società Stella D'Italia*, indica para a importância no reforço da ligação com a Itália e constituição de uma identidade étnica. As instituições mutuais irão também cuidar da educação dos filhos e filhas dos imigrantes através da fundação de escolas étnicas. Nestes espaços era ensinado o idioma e aspectos da cultura italiana, existindo uma preocupação em transmitir uma moral e costumes que se ligavam à pátria de origem (LUCHESE, 2015; BARAUSSE, 2019).

Na referida sociedade, Brogiolli aparece na relação dos 44 sócios fundadores, que contava inclusive com três mulheres, conforme pode-se verificar na figura acima³. É possível que a presença feminina entre os integrantes da sociedade fosse de imigrantes que se dedicavam ao ensino e outras atividades educativas na sociedade *Stella D'Italia*. O próprio pároco aparece como um dos membros que faziam parte de outras esferas agregativas locais, como a da paróquia. A participação na associação reforçava as relações de afinidades parentais e reciprocidades entre as famílias estrangeiras de Conde D'Eu, como ocorria em outras sociedades existentes nas regiões coloniais. Os vínculos firmados nas instituições mutuais apareciam como recursos relacionais importantes no fazer-se da política cotidiana. Desse modo, a inserção social e obtenção de apoios diversos a nível local, sejam elas materiais ou imateriais, poderia vir da sociedade como a *Stella D'Italia*, que se caracterizava por ser étnico-mutual⁴.

Nas comunidades imigrantes, tanto a paróquia como as Sociedades de Mútuo Socorro podiam ser administradas por um tipo de configuração parental, caracterizando, dessa maneira, um modelo de estrutura política que buscava regular a vida local. A participação nas mesmas poderia significar benefícios variados aos membros, além dos previstos no estatuto da sociedade, como assistência nos momentos de doença, velhice e morte. Em relação à sociedade *Stella D'Italia*, a força dos laços pode ser percebida se levarmos em consideração que alguns dos “sócios fundadores” irão aparecer testemunhando no processo-crime anteriormente analisado. Através do depoimento fornecerão informações sobre o ataque ocorrido à casa do comerciante Brogiolli. Porém, os acusados não aparecem como integrantes da referida instituição agregativa, talvez pelo fato de um deles ser citado como natural da Áustria.

A participação das sociedades mutuais demandava a observação de determinadas regras, para que assim não houvesse uma expulsão da agregação. No processo-crime analisado aparece a informação da indicação do afastamento de Brogiolli da *Società Stella D'Italia*, em abril de 1889. O motivo é apontado como a não observância do Artigo 17 do Estatuto, que diz o seguinte:

Os sócios que, no momento da sua admissão, tenham enganado a Sociedade, ou que, após a sua admissão, pratiquem atos vergonhosos e indecorosos, ou que sejam condenados

3 Estatuto da “Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia”, de 1886 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

4 Em estudo específico sobre a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D'Itália*, fundada em 1878, na Colônia Conde D'Eu, é constatado que vínculos parentais eram estabelecidos entre os sócios através das relações de compadrio. Além disso, a participação na associação era vista como algo que traria vantagens sociais, políticas e econômicas (FACHIN, 2016).

por infrações penais, serão excluídos da Sociedade sem direito a reembolso das quantias por eles pagas. Esta exclusão será, no entanto, efetuada por deliberação da Assembleia Geral⁵.

De acordo com o imigrante Emilio Conci, um dos acusados, Brogiolli havia sido “expulso da sociedade italiana operária por maioria de votos por causa de atos indecorosos e infamantes que praticou”⁶. Essa explicação encontra concordância com o conteúdo do artigo acima apresentado do estatuto da *Società Stella D'Italia*. Não foi possível saber exatamente qual o comportamento vergonhoso que gerou a expulsão, porém, fica evidente que nas realidades coloniais havia uma preocupação em relação às atitudes tidas como imorais. E as associações mutuais, além da assistência, do reforço dos vínculos entre os sócios e identificação com a pátria distante, funcionavam também enquanto esferas de controle e punição em relação aos comportamentos considerados como prejudiciais à moralidade e harmonia entre a população local. A expulsão da sociedade ocorreu antes da apresentação da denúncia pública por parte de Brogiolli, indicando ser essa uma decisão que estava ligada a diferentes situações ocorridas na localidade, que afetavam diretamente a imagem e honra do comerciante entre os conterrâneos.

Seguir os preceitos sociais compartilhados pela cultura das famílias imigrantes que viviam na região colonial era fundamental para garantir reconhecimento público, ser considerado honrado e não ser excluído de espaços associativos. Não apenas isso, o afastamento da comunidade e a punição podia ser percebido como escolhas necessárias para garantir certa estabilidade e harmonia, especialmente quando outras medidas para conter comportamentos tidos como indecorosos e perturbadores acabavam não obtendo o resultado esperado. Podemos conceber, portanto, as associações mutuais como locais propícios para a formação de laços, alianças e afinidades entre os sócios, mas também enquanto esferas que exerciam controle social sobre as condutas tidas como não corretas e imorais.

5 “I soci che nell'atto della loro ammissione avessero ingannato la Società, o que dopo di essere stati ammessi praticassero delle azioni ignobili e indecorose, o che venissero colpiti da condanne giudiziali per reati infamanti, saranno esclusi dalla Società senza che abbiano diritto alcuno alla restituzione delle somme da essi versate. Detta esclusione però dovrà essere fatta per deliberazione della Assemblea generale”. Estatuto da “Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia”, de 1886 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

6 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 117, Comarca de São Sebastião do Cahy, Maço 73, 1889.

O comerciante passou a ter uma vida ativa na política local nas duas décadas iniciais da Primeira República brasileira. Informações sobre as atividades realizadas por Brogiolli são mencionadas pelo imigrante Júlio Lorenzoni em suas memórias. O comerciante é descrito como alguém que tinha uma relação próxima ao coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, agente postal e funcionário da Diretoria de Terras e Colonização da Colônia. Em 1892, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, concedeu ao “Coronel Carvalho Júnior o alto cargo de Intendente Municipal de Bento Gonçalves [anterior Colônia Dona Isabel]”, que havia, em 1890, se emancipado do município de Montenegro. Com essas mudanças, Conde D’Eu se tornou o segundo distrito de Bento Gonçalves (LORENZONI, 1975, p. 188).

No período da Primeira República, as nomeações de intendentes pelo Presidente do Estado eram comuns. Eram realizadas como uma forma de assegurar o controle das vilas e municípios por parte do Partido Republicano Riograndense (PRR). A ocupação de um cargo público estava ligada à capacidade de cooptação do eleitorado local (BIAVASCHI, 2011, p. 178). Logo, a existência de relações entre os indivíduos que ocupavam tais posições e os imigrantes, através de canais de cooptação política, eram essenciais. Brogiolli, enquanto liderança em Conde D’Eu, aparece como um sujeito que poderia angariar eleitores⁷, fazendo a ponte com o poder externo e mobilizando os apoios locais quando necessário. Participar de diferentes esferas agregativas, sejam aquelas ligadas às atividades da paróquia, sociais ou religiosas, ou ainda na sociedade de mútuo socorro, era fundamental para garantir bases de apoio local. No entanto, isso não o excluía de críticas em relação ao comportamento desempenhado, bem como de conflitos que dividiam a comunidade.

Apesar das oposições enfrentadas em Conde D’Eu, o comerciante participou ativamente da vida política no lugar. Entre 1890 e 1892, aparece entre os quatro membros da junta municipal nomeada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul para gerir o novo município de Bento Gonçalves. Posteriormente, irá compor o Conselho Municipal do quadriênio 1896-1900. Achilles Brogiolli irá aparecer ao lado de Domingos Paganelli e Emilio Conci (esse último foi um dos denunciados no processo-crime instaurado anos antes), representando o distrito de Conde D’Eu (LORENZONI, 1975, p. 203). Na sequência, em 1901, juntamente com outros estrangeiros, o comerciante irá aparecer compondo o conselho municipal do então fundado município de Garibaldi (antiga Conde D’Eu). Agora, portanto, passa a ocupar a posição

7 Para saber mais sobre a prática eleitoral no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, ver: BIAVASCHI, 2011.

de vice conselheiro⁸. Além de integrar o conselho municipal nos anos que se seguiram, em 1905, Brogiolli participa de dois mandatos consecutivos do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, nas duas primeiras gestões político/administrativas de Garibaldi⁹. Na companhia de outros moradores do referido município, aparece na imprensa saudando o “emérito estadista Júlio de Castilhos, que tem se dedicado a garantir a estabilidade da República e inspirando confiança nos republicanos”¹⁰.

É preciso mencionar que Brogiolli irá integrar a Sociedade Musical Santa Cecília, sendo eleito ao cargo de presidente em setembro de 1905¹¹. Também será vice-presidente do Clube Político Borges de Medeiros¹², em setembro de 1908¹³, assumindo em 1911 a posição de presidente da associação política. Também nas primeiras décadas do século XX irá aparecer na imprensa regional com a denominação de “Coronel”¹⁴, indicando assim que era alguém de reconhecido prestígio econômico e poder local, no qual a forma de fazer política se dava através das relações interpessoais e de dependência entre as pessoas.

Depois de ter participado ativamente da política local durante o período da Primeira República, desde sua chegada ao núcleo colonial Conde D’Eu até as primeiras gestões do município de Garibaldi, em 1914, é anunciado, no jornal *Il Colono Italiano*, o falecimento do “conhecidíssimo negociante” de 78 anos, após “longa doença”¹⁵. Não aparecem referências sobre

8 Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Garibaldi, 16 de abril de 1901. Disponível em: <https://www.camaragaribaldi.rs.gov.br/imprensa/noticias/o/78/o/44o>. Acessado em: 06 nov. 2023.

9 História política e administrativa dos 100 anos de Garibaldi. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (HBN). Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882054&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=17133>. Acessado em: 07 nov. 2023.

10 Jornal *A Federação*: Órgão do Partido Republicano (RS) – 1884 a 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=14763>. Acessado em: 07 nov. 2023.

11 Jornal *O Cosmopolita* - Órgão do Partido Republicano, ed. 09, ano V, 1905. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882550&pasta=ano%20190&pesq=medeiros&pagfis=539>.

12 O clube tinha como objetivo realizar a propaganda política republicana. Estatuto do “Club Político Borges de Medeiros de Garibaldi”, de 1925 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

13 Jornal *O Cosmopolita* - Órgão do Partido Republicano, ed. 103, ano VIII, 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882550&pasta=ano%20190&pesq=medeiros&pagfis=553>.

14 Jornal *Cidade de Caxias* – Órgão Republicano, ed. 22, ano I, 1911. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882259&pesq=Brogiolli&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=61>. Acesso em: 07 nov. 2023.

15 Achille Brogiolli é morto. *Il colono italiano*, Garibaldi, 30 de julho de 1914, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882020&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=906>. Acessado em: 07 nov. 2023.

a carreira política do imigrante no referido jornal¹⁶. Isso, talvez, se deva ao fato de que uma das principais bandeiras do PRR era a defesa da separação entre o poder da Igreja e do Estado (FONSECA, 1983).

As acusações realizadas contra Brogiolli no mesmo ano da declaração da República, através de abaixo-assinado apresentado anteriormente, não impediram que posteriormente ele assumisse cargos políticos importantes na região colonial. Por meio de uma ativa participação em espaços agregativos étnicos, de sociabilidade e reforço dos vínculos com a população colonial, o comerciante garantiu o controle das oposições locais. Com a Proclamação da República, Brogiolli começou a ocupar cargos públicos ao lado de um dos antigos opositores. Eram novos tempos e antigas rivalidades, apesar de não terem sido esquecidas, passaram a ser mantidas sob controle, ganhando até novos significados. Apesar do destaque alçado pelo comerciante no campo político na região colonial, depois de sua morte o nome de Achilles tornou-se praticamente desconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação ativa do imigrante Achilles [Achylles] Brogiolli no conselho municipal iria lhe render, em janeiro de 1968, uma homenagem: uma rua do município de Bento Gonçalves receberia o nome dele¹⁷. Haviam já decorridos mais de cinquenta anos da morte de um dos principais comerciantes e representantes políticos que a Colônia Conde D’Eu havia tido, e na memória de moradores do lugar ainda se fazia presente lembranças acerca dos imigrantes que haviam participado dos primeiros conselhos municipais. Antes de localizarmos o processo-crime nada sabíamos do percurso de Brogiolli na região colonial. Porém, rapidamente a documentação criminal nos forneceu um nome tomado como fio condutor para acessar outras informações em diferentes tipos de fontes sobre o imigrante. O que apresentamos no presente artigo é o resultado de uma pesquisa inicial, que não conseguiu contemplar a totalidade de registros documentais que trazem informações sobre nossa personagem, sua rede de relações e estratégias acionadas no campo econômico, social e político. Novos estudos deverão ser realizados no sentido de buscar compreender a totalidade de interações e ações, através de uma abordagem micro e verticalizada, que observe internamente o grupo imigrante, do qual Brogiolli fazia parte. Para além disso, é preciso mapear não apenas as esferas de atuação local, o reforço e ruptura dos vínculos com os contrerrâneos, mas também o papel de mediação política que

16 Jornal que pertencia aos padres da Ordem dos Capuchinhos.

17 Códice P-49 (denominação), 1968 - Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

desempenhou entre as famílias imigrantes, que viviam em Conde D'Eu, e as autoridades luso-brasileiras.

O estudo de casos específicos e percursos de imigrantes surge enquanto uma escolha metodológica que permite olhar o grupo imigrante por dentro, em suas diferenças, atentar para as escolhas fracassadas e bem-sucedidas de homens que tiveram suas vidas marcadas pelo deslocamento da Europa para a América do Sul. Enquanto método de análise, a micro-história tem possibilitado uma renovação dos estudos ligados a imigração italiana para o Brasil e aos contextos migratórios. Isso em partes por conferir atenção para o peso dos vínculos sociais em diferentes momentos, que é o que tem ganhado destaque em estudos mais recentes, estando o sucesso das escolhas ligadas a capacidade de mobilização dos laços interpessoais¹⁸.

Um dos riscos que devemos evitar é o da simplificação da história do(a)s imigrantes e da imigração, deixando, assim, de lado a ampla gama de relações que travaram em diferentes realidades, sejam elas harmônicas ou não. A ideia é tomar situações específicas como via de acesso às interações possíveis, caminhos, recursos e estratégias de ascensão social acionadas por homens e mulheres nos contextos migratórios coloniais. Entendemos que através da utilização de fontes de natureza diversa e de uma leitura atenta e aproximada das fontes, sem deixar de considerar os indícios presentes nos documentos, se chega a uma história mais complexa e heterogênea do(a)s italiano(a)s.

É fundamental compreender as complexidades que marcaram as relações nas sociedades coloniais do sul do Brasil, buscando romper com narrativas idealizadas e com uma história única sobre os imigrantes, suas vidas e escolhas. Neste artigo, apresentamos parte do percurso de um imigrante que conseguiu alcançar destaque político através da participação em diferentes espaços agregativos, que não eram apenas aqueles fundados pelo mesmo grupo étnico ou que contavam somente com a participação de estrangeiros. A expulsão da sociedade de mútuo socorro *Stella D'Italia* não parece ter representado grandes prejuízos para Brogioli, uma vez que, com a instauração da República em 1889, passou a ter uma participação política no grupo republicano, angariando prestígio e cargos. Porém, o afastamento da sociedade mutual possibilita pensar nas diferentes funções que assumiam, que iam além de ser um espaço de assistência, reforço dos vínculos

18 Em relação ao método da micro-história, as contribuições vêm dos historiadores italianos Carlo Ginzburg (2023) e Giovanni Levi (2016, 2020), em textos publicados em língua portuguesa. As perspectivas de ambos em relação à referida metodologia se complementam, tendo em vista que conferem atenção para percursos individuais e os indícios presentes nas fontes documentais como uma forma de acessar realidades escondidas ou pouco visíveis.

e constituições de afinidades étnicas. Enquanto instância agregativa e de poder local, as associações buscavam exercer controle em relação aos comportamentos considerados moralmente ofensivos. Tudo isso propiciava a conformação das comunidades, enquanto lugares marcados por determinados valores, normas, identidades, prerrogativas e condutas. E a expulsão de uma sociedade mutual podia ser uma escolha de punição contra os sócios que infringiam os artigos presentes nos estatutos por conduta considerada inadequada e vergonhosa, mas indica também para as disputas e divisões no interior da própria associação. Frente a esse tipo de castigo, que causa prejuízos à honra do sócio expulso, o recurso da denúncia judicial aparece como um caminho de contra ofensa e resposta. Logo, os processos criminais aparecem como fontes que possibilitam compreender o funcionamento das associações, os embates internos e diferenças ideológicas, bem como a questão da gestão dos conflitos, do controle e punição acerca dos comportamentos considerados imorais, somado ao papel que possuíam na estruturação da vida política e domínio sobre o local.

O sujeito analisado no presente artigo é uma prova do quanto a vida nas colônias era marcada por tensões: entre imigrantes, com os padres e autoridades públicas, fossem elas estrangeiras ou não. Além disso, aponta para o peso dos vínculos sociais estabelecidos nas esferas agregativas como nas sociedades mutuais. As comunidades coloniais eram lugares permeados por relações conflituosas. Mecanismos de controle dos comportamentos condenados moralmente, das divergências e práticas punitivas eram acionadas pela população. Tudo indica para uma complexidade que marcou o processo de conformação dos lugares nas regiões de colonização europeia que ainda merece ganhar destaque nas pesquisas. Pouco usada ainda nos estudos que tratam de tais questões, as fontes criminais surgem como documentos privilegiados para analisar as circunstâncias diversas dos conflitos, as motivações e racionalidades que orientavam os comportamentos violentos. Elas são uma via de acesso para analisar diferentes contextos presentes no universo colonial, possibilitando incluir o(a)s imigrantes criminoso(a)s, transgressor(a)s e desordeiro(a)s nas pesquisas, mas principalmente ajudam a refletir sobre os usos que eram realizados dos recursos oficiais da justiça e as diferentes práticas que propiciavam a constituição de um território imigrante marcado por direitos, normas, modos de viver e agir.

REFERÊNCIAS

BARAUSSE, Alberto. La scuola in Colonia, Maestri rural e memorie dell’emigrazione veneta in Rio Grande do Sul (1875-1898). In: FRANZINA, Emilio (Org.), **I veneti in Brasile e la storia dell’emigrazione**, Rivista Venetica,

a. XXXIII, n. 57, p. 91-122, 2/2019.

- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Relações de Poder Coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o Período Borgista (1903-1928)**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.
- BIONDI, Luigi. **Mãos unidas, corações divididos**. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. In: Tempo, n. 33, p. 75-104, 2012.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- DINIZ, Mônica. **Olhares sobre a Cidade**: Termos do bem viver, Vadiagem e Polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890). Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2012.
- FACHIN, Gabriela. **Imigração Italiana na Colônia Conde D'Eu e a Societá Italiana de Mútuo Soccorso Stella D'Italia**. Lajeado: Centro Universitário UNIVATES, 2016 (Monografia de final de Curso de História).
- FONSECA, Pedro C. D. **RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: Ginzburg, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história e História do Mundo. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 41-78.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. (orgs.). **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo. São Leopoldo, 2016, p. 18-31.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 19-34.
- LUCHESI, Terciane **A. Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves – 1817 a 1889**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

- LUCHESE, Terciane A. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Educs, 2015.
- LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Trad. Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MANFIO, Juliana; VENDRAME, Máira Ines. Festas, comemorações e sabores na construção de identidades étnicas territoriais. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira (orgs.). **Alimentando existências: o trânsito de pessoas, experiências e comidas**. Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 35-69.
- NEVES, Norton. **“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pele”**: Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX. In: DE BONI, Luís (org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. II. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 577-594.
- RUGGIERO, Antonio. Os italianos nas cidades do Rio Grande do Sul: redes de sociabilidade e associativismo étnico (1870-1914). In: LUCHESE, Terciane; BARAUSSE, Alberto; SANI, Roberto; ASCENZI, Anna (org.). **Migrações e história da educação: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional**. Caxias do Sul: Educs, 2021, p. 395-423.
- VENDRAME, Máira Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- VENDRAME, Máira Ines. Em busca do “Bom viver”: usos e significados da justiça em comunidades camponesas. In: CESAR, Tiago da Silva; OLIVER, Pedro; BRETAS, Marcos (orgs.). **Polícia, justiça e prisões: estudos históricos**. Curitiba: Appris, 2020, p. 195-215.
- VENDRAME, Máira Ines. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 260-281.
- VENDRAME, Máira Ines. Território imigrante: práticas de justiça, direitos

e poder no Brasil meridional (séculos XIX e XX). **Anuario IEHS**, v. 38, n. 2, 2023, p. 59-79.

Recebido em: 10/07/2024

Aceito em: 28/11/2024